

Mantega confirma R\$ 3 bilhões para socorro à construção civil



O setor de construção civil, que investiu muito nos últimos anos e tem vários projetos em andamento, poderá ganhar um socorro do governo federal de até R\$ 3 bilhões. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, também participante da reunião, disse que a crise é forte, mas menor do que a de 1929. Mantega observou que os "países emergentes dinâmicos", como o Brasil, estão mais preparados que as nações ricas para enfrentar a crise, mas previu retração do consumo. Ambos foram questionados sobre a MP de socorro aos bancos. **4 e 5**

Na foto ao alto (à esq., sentados à mesa), Garibaldi, Meirelles, Mercadante e Mantega: questionamentos à MP de socorro aos bancos, feitos pelos senadores (foto ao lado), dominaram os debates na Comissão de Assuntos Econômicos

Obstrução derruba sessão do Congresso sobre crédito

DEM alega que não participou das negociações para votação de propostas. **3**

Virgílio elogia acordo, mas não vota projeto

Apesar de destacar o entendimento entre a base governista e a oposição em torno do projeto que regulariza a atividade dos sacoleiros, o líder do PSDB diz que a matéria não terá o seu voto, já que ainda não a considera a proposta ideal. **7**

Internet livre para a propaganda eleitoral?

Comissão de Ciência e Tecnologia deve examinar permissão na quarta-feira. **8**



Representantes da categoria comparecem à Comissão de Direitos Humanos para o debate sobre propostas, que reuniu Serys e Paim (2ª e 3ª à dir.), além de sindicalistas

Comissão vota na quarta-feira adicional de periculosidade para vigilantes

Pode chegar a 30% do salário o adicional de periculosidade para os vigilantes, conforme projeto que se encontra na

pauta da Comissão de Assuntos Sociais na próxima quarta-feira. Ontem, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Par-

ticipativa, o presidente da confederação nacional da categoria denunciou condições indignas de trabalho da categoria. **2**

Representantes dos vigilantes defendem adicional de periculosidade em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos



O presidente da CDH, Paulo Paim (D), acompanha exposição do presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura Santos, que relatou aos senadores dificuldades enfrentadas pela categoria

Vigilante atua em condições indignas, afirma sindicalista

OS TRABALHADORES DA área de vigilância são discriminados e submetidos a condições indignas no exercício da profissão, afirmou ontem, em audiência pública no Senado Federal, o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços, José Boaventura Santos. Para minimizar essa situação, ele defendeu a aprovação do projeto de lei da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que institui adicional de periculosidade de 30% para os trabalhadores da categoria.

No debate, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o líder sindical disse que existe até inquérito da Polícia Federal para investigar denúncia de que há vigilantes sendo submetidos a trabalho escravo. José Boaventura Santos contou que,

em alguns casos, os vigilantes não têm à sua disposição água potável para beber e em outros são obrigados a almoçar uma "quentinha" no banheiro do lugar onde trabalham. Boaventura frisou que a aprovação do projeto (PLS 682/07) constitui uma das reivindicações da categoria

Participação

O senador Jayme Campos (DEM-MT) disse concordar com a proposta de Serys e sugeriu a participação dos empregados nos lucros das empresas.

Por sua vez, o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou que a participação nos lucros é uma proposta defendida tanto por trabalhadores quanto por empresários inteligentes. Paim, que também é autor de proposição

assegurando o pagamento de adicional de periculosidade aos vigilantes (PLS 387/08), informou que pretende ampliar sua iniciativa com a finalidade de prever aposentadoria especial para a classe.

Paulo Paim prestou essa informação quando, no curso do debate, o presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Pernambuco, Geraldo Cunha da Silva, solicitou esse benefício. O líder sindical disse que os vigilantes, depois de "certa idade", são considerados inaptos para a profissão. A reivindicação da categoria é o direito à aposentadoria aos 25 anos de trabalho, segundo o dirigente.

Ao encerrar a reunião, Paim leu artigo do colunista Arnaldo Jabor em defesa da eleição de Barack Obama para a Presidência dos Estados Unidos.

CAS vota quarta-feira adicional de periculosidade

O projeto que visa conceder adicional de periculosidade de 30% aos vigilantes é o primeiro item da pauta de votações da próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais, marcada para quarta-feira. Essa é a decisão da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), presidente da CAS, comunicada pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos, senador Paulo Paim, durante a audiência pública sobre as condições de trabalho do vigilante. Na

reunião da CDH, Paim informou que as principais reivindicações da categoria serão encaminhadas ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.

Serys Slhessarenko (PT-MT), autora do projeto que atribui adicional de periculosidade aos vigilantes (PLS 682/07), explicou que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) não pode conceder esse benefício se não houver determinação legal. Por isso, a senadora decidiu apresentar

a proposta. Serys ressaltou a importância de aprovação urgente da matéria, a fim de que seja minimizada uma parte dos problemas enfrentados pela categoria.

José Nery (PSOL-PA), relator da proposta na CAS, onde a matéria será votada em decisão terminativa, informou que é a favor da aprovação da iniciativa porque considera que a atividade de vigilante expõe o trabalhador a risco de morte.

Deputado denuncia irregularidades de locadoras

Participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos defenderam a regulamentação da profissão de vigilante para evitar que a atividade seja exercida por empresas ilegais ou por profissionais desqualificados.

O ex-deputado federal e deputado distrital Chico Vigilante (PT) sugeriu a elaboração de uma lei que regulamente a prestação de serviços no país.

Ele disse que as irregularidades também acontecem dentro dos órgãos da administração pública, o que inclui, segundo afirmou, o Congresso Nacional, ao contratarem empresas prestadoras de serviços sem critérios definidos.

Chico Vigilante propôs ainda que os órgãos públicos retenham o FGTS ao contratarem serviços terceirizados, para que os trabalhadores não sejam

tão prejudicados em caso de desaparecimento da empresa para a qual trabalham. Isso porque, informou, o fundo é recolhido, mas muitas empresas não o depositam na conta do empregado.

O vice-presidente da CDH, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), disse que vai requerer à direção do Senado a adoção do recolhimento do FGTS dos trabalhadores terceirizados da Casa.

Plano de erradicação do trabalho escravo será discutido pela CDH

A Comissão de Direitos Humanos aprovou requerimento de José Nery (PSOL-PA) para realização de audiência pública sobre o 2º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em setembro pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República. Entre outras questões, os senadores deverão analisar, na reunião, o resultado das atividades dos grupos móveis de trabalho que efetivaram a fiscalização prevista no plano.

A audiência será promovida pela Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, vinculada à CDH. Os ministros do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, estão entre os convidados para o debate. Também deverão participar da audiência o procurador-geral do Trabalho, Otávio Brito, e a coordenadora da campanha contra o trabalho escravo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Andrea Bolzon.

Os presidentes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosa Maria Campos Jorge; da Associação Nacional dos Magistrados do

Trabalho (Anamatra), Cláudio José Montesso; e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Fábio Leal, também devem participar da audiência.

Defesa da mulher

A CDH acolheu ainda requerimento das senadoras Serys Slhessarenko e Fátima Cleide (PT-RO) propondo audiência pública sobre a violência contra a mulher e a aplicação da Lei Maria da Penha.

Para o encontro, serão convidados representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; da Articulação de Mulheres Brasileiras; da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, além do jornalista Alberto Dines, do *Observatório da Imprensa*. A audiência ocorrerá na Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher.

De autoria de Paulo Paim, foram aprovados dois requerimentos de audiência para debater a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e a Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão às 9h é não-deliberativa e se destina a leitura de expediente e pronunciamentos de senadores. Estão inscritos para discursar na tribuna Paulo Paim (PT-RS) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

CMO promove audiência regional em Goiânia

Às 9h, na Câmara Municipal de Goiânia, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove uma audiência pública regional com o objetivo de debater o projeto de Lei Orçamentária Anual de 2009.

Senadores e deputados foram convocados para examinar projetos que abrem créditos suplementares a órgãos do governo. Garibaldi quer votar matérias na próxima semana

Sessão do Congresso cai após obstrução do DEM

A SESSÃO DO Congresso Nacional de ontem durou apenas 30 minutos e foi encerrada sem votações. Logo no início da sessão, o vice-líder do DEM na Câmara dos Deputados, Osório Adriano (DF), afirmou que não havia quórum para o Congresso realizar qualquer tipo de votação e pediu o seu encerramento. O deputado federal informou que o seu partido estava disposto a solicitar verificação de quórum caso alguma votação fosse iniciada.

Osório Adriano afirmou que o líder do DEM na Câmara, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), concordou com a obstrução, pois o partido não teria participado das negociações entre os líderes para votação dos 20 projetos de lei que abrem créditos suplementares e especiais ao Orçamento da União de 2008. O líder do PT na Câmara, Gilmar Machado (MG), criticou a postura da bancada do DEM.

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Mário Couto (PSDB-PA) tentaram convencer os democratas da Câmara a mudarem de idéia, porém não



Deputado Osmar Serraglio (E) e Garibaldi Alves, presidente do Senado

obtiveram sucesso. A líder do governo no Congresso, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), argumentou que todos os créditos foram aprovados na Comissão Mista de Orçamento (CMO) a partir de acordo com os partidos, mas não conseguiu demover Osório Adriano de sua intenção.

Os senadores do DEM Rosalba Ciarlini (RN) e Jayme Campos (MT), por sua vez, informaram que a bancada do partido no Senado não tinha nada contra o Congresso Nacional realizar

as votações ainda na sessão de ontem.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, que preside a Mesa do Congresso, na falta de um acordo com o partido oposicionista, encerrou a sessão, mas disse esperar que as matérias sejam votadas na próxima semana.

Entre as propostas em pauta, o Projeto de Lei do Congresso Nacional 22/08 abre a diversas empresas estatais créditos suplementares no valor global de R\$ 314.079.075.

Mesquita Júnior diz que governo prejudica o Acre

Contrariado com o tratamento discriminatório que tem recebido por não ser da base governista, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que o governo tem cometido crueldade, perversidade e desumanidade com os cidadãos acreanos, ao não liberar os recursos das emendas que apresentou ao Orçamento da União. Ele assinalou que as emendas de 2007 foram inscritas na rubrica "restos a pagar" e nenhuma delas foi liberada. Entre as que foram oferecidas este ano, apenas uma foi empenhada.

– Eu acho isso uma falta de respeito. Isso é uma perversidade que se comete contra a população dos municípios acreanos. É uma situação desconfortável para o parlamentar, mas deixa a população dos municípios numa situação de extrema penúria. O que a população tem a ver com o fato de eu não ser da base do



Recursos de emendas estão sendo bloqueados, segundo Mesquita Júnior

governo? – indagou.

O senador lembrou que os membros do atual governo, quando faziam oposição, criticavam "azedamente" quem praticava esse mesmo procedimento. Ele observou que, hoje, fazem a mesma coisa ou pior, pois o fazem "com a intensidade da perversidade". Mesquita recordou que, no ano passado, coube a cada parlamentar R\$ 8 milhões em emendas ao Orça-

mento, que, argumentou, pode ser uma quantia desprezível para estados mais ricos, mas, para um município pequeno, pode fazer muita falta.

Mesquita Júnior prometeu denunciar sistematicamente a discriminação que sofre e que é exercitada, afirmou, "até com um certo prazer, uma certa volúpia", pelo governo e que "beira o crime". Ele ressaltou que não lastima por si, mas pela população do seu estado que está deixando de usufruir em seu próprio benefício cerca de R\$ 8 milhões, só no ano passado.

Mário Couto (PSDB-PA) disse, em aparte, que essa prática não massacra o parlamentar, mas quem precisa de ajuda. Na mesma linha de raciocínio, Wellington Salgado (PMDB-MG) saiu em defesa de Mesquita Júnior e frisou que o partido não pode deixar que o senador e o Acre sejam prejudicados.

Orçamento deverá ser votado até 22 de dezembro

Apesar do adiamento da votação do relatório preliminar ao Projeto de Lei Orçamentária de 2009, de autoria do senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator-geral do Orçamento, o novo cronograma de tramitação da matéria, apresentado na quarta-feira passada, mantém a previsão de votação do relatório final, pelo plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), até o dia 12 de dezembro. De acordo com o cronograma, a matéria será encaminhada para votação no Plenário do Congresso até 15 de dezembro e deverá ser votada até 22 do

mesmo mês.

Entre as alterações do cronograma, anunciadas pela secretaria da CMO, estão a prorrogação da votação do relatório preliminar e de suas emendas para a próxima quarta-feira, bem como o adiamento do prazo para apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária (PLN 38/08) para o período de 6 a 14 de novembro. Pelo cronograma anterior, esse prazo expirava no dia 7.

A publicação e a distribuição de avulsos das emendas, que deveriam ser feitas até dia 12 de novembro, tiveram prazo prorrogado para o dia 19. Ou-

tra alteração efetivada pela CMO é relativa à exigência de apresentação, publicação, distribuição e votação dos relatórios setoriais.

Anteriormente, todas essas ações seriam feitas até o dia 2 de dezembro. Pelo novo calendário de tramitação, está fixada a data de 24 de novembro para que os relatórios setoriais sejam entregues à secretaria da comissão, que providenciará a publicação e a distribuição do material a todos os parlamentares. Os relatórios entram em fase de votação no plenário da CMO, no período de 27 de novembro a 3 de dezembro.

Diplomatas dão palestra sobre processo eleitoral americano

O Interlegis promoveu ontem, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos, a palestra "Eleições 2008: o processo eleitoral dos EUA em perspectiva", sobre o complexo processo que leva à eleição do presidente naquele país. A apresentação esteve a cargo do primeiro e terceiro secretários da Seção Política da Embaixada em Brasília, Dale Prince e Randy Johnson.

Dale Prince discorreu sobre o sistema eleitoral, esclarecendo desde o longo processo de campanha até a importância do vice de cada candidato a presidente.

– O vice é um companheiro de corrida. Ele deve completar e fazer um contrapeso com o candidato – afirmou.

O primeiro secretário explicou que o sistema utilizado nos Estados Unidos surgiu após a independência, acrescentando que um processo tão longo justifica-se pelo regime federalista do país, em que o poder maior de decisão concentra-se nos estados, que são independentes.

Os partidos lançam seus candidatos à Presidência. Em cada estado, delegados escolhidos pelos eleitores irão eleger o seu candidato favorito, nas chamadas eleições primárias. Na convenção dos partidos, os delegados de cada colégio eleitoral indicam o candidato final do partido à Presidência. Para obter a indicação, é necessário obter maioria simples

dos delegados.

Na primeira terça-feira de novembro, ao votarem nos candidatos presidenciais, os eleitores norte-americanos escolhem, na verdade, eleitores do Colégio Eleitoral de seu estado, que se comprometem a apoiar um candidato em particular. Após 41 dias do pleito de novembro, os eleitores dos colégios eleitorais de cada estado realizam separadamente a eleição final para presidente e para vice-presidente. As listas com os votos de cada estado são enviadas para Washington, onde, numa sessão conjunta do Congresso, os votos eleitorais são contados.

Com o total de 538 votos eleitorais – número equivalente ao de senadores e representantes dos estados no Congresso – será declarado presidente o candidato que receber 270 votos ou mais, vencendo por maioria simples. O presidente e vice-presidente sempre tomam posse ao meio-dia de 20 de janeiro.

Dale Prince destacou alguns casos das eleições presidenciais americanas que merecem atenção pelas suas particularidades. Em 2000, George W. Bush derrotou Al Gore no Colégio Eleitoral, apesar de Gore ter vencido no voto popular. Rutherford B. Hayes, em 1876, e Benjamin Harrison, em 1888, foram eleitos nessas mesmas condições.



Dale Prince, primeiro-secretário da embaixada americana, foi um dos palestrantes

Rádio Senado debate influência do pleito dos EUA sobre o Brasil

Às vésperas da eleição presidencial nos Estados Unidos, o programa *Conexão Senado*, do Rádio Senado, discute as possíveis consequências da escolha do republicano John McCain ou do democrata Barack Obama para o mundo e para o Brasil.

Os convidados são os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Cristovam Buarque (PDT-DF), o cientista político americano, naturalizado brasileiro, David Fleischer, e o primeiro-secretário da embaixada dos Estados Unidos Dale Prince.

O sistema eleitoral americano, considerado muito complexo, também será discutido no programa, que vai ao ar na próxima segunda-feira, às 12h.

Brasil novo

Já o programa *Reportagem Especial*, que vai ao ar inicialmente às 18h de sexta-feira, analisa, em "Um Brasil novo", as condições de trabalho, a renda e a escolaridade dos brasileiros com base em estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O programa conta com a participação dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Fátima Cleide (PT-RO), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Marisa Serrano (PSDB-MS), Marco Maciel (DEM-PE) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Na segunda-feira, às 8h30, o senador Jefferson Praia (PDT-AM) irá falar sobre o impacto da crise internacional sobre o Pólo Industrial de Manaus.

Durante audiência na CAE, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, respondem aos senadores questões sobre as medidas para combater a crise, como a MP que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa a adquirir participação em instituições financeiras em dificuldades

Emergentes estão mais preparados, afirma ministro

Na audiência realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que os "países emergentes dinâmicos" – particularmente o Brasil – estão mais preparados para enfrentar a crise financeira internacional que as nações "mais ricas". Porém, ressaltou, "ninguém escapará dos efeitos da crise, que é sistêmica".

Ao argumentar por que "o impacto sobre o Brasil será diferente do impacto sobre os Estados Unidos e a Europa", o ministro disse que, em geral, os países mais ricos apresentam menor crescimento econômico, menor capacidade de expansão do consumo interno e, "curiosamente, não têm fundamentos [macroeconômicos] tão sólidos" – a exemplo dos déficits fiscal e comercial dos Estados Unidos. Além disso, destacou que as instituições financeiras daqueles países estão mais fragilizadas, pois, segundo Mantega, foram os bancos deles os que mais se arriscaram em aplicações como as derivadas do mercado imobiliário norte-americano.

Já os "emergentes dinâmicos", frisou o ministro, vêm registrando crescimento maior, têm maior potencial de expansão do mercado interno e possuem fundamentos macroeconômicos mais sólidos. Quanto ao sistema financeiro, assinalou que os bancos desses países estão menos "alavancados" em suas aplicações e, dessa forma, têm menos "ativos podres ou tóxicos".

– Mas isso é uma generalização, porque há países emergentes que tiveram contato com os ativos podres – ressaltou.

Brasil

Sobre o Brasil, Mantega afirmou que o país "continua crescendo e possui vantagens comparativas, como a alta produtividade da agricultura". Ele salientou que, no primeiro semestre deste ano, registrou-se um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 6%.

– Isso dá uma margem para a desaceleração, porque uma coisa é desacelerar quando se tem um crescimento pequeno. Outra é desacelerar quando se tem uma expansão maior, porque, nesse caso, pode-se desacelerar e, ainda assim, registra-se um bom crescimento – disse.

Quanto ao sistema financeiro nacional, o ministro apontou, entre outros fatores, o de que o país possui uma regulamentação mais rígida do que Estados Unidos e Europa, o que garantiria mais solidez aos bancos.

Mantega confirma MP que deve garantir R\$ 3 bilhões para construção civil



Senadores lotam a Comissão de Assuntos Econômicos para debater a crise financeira mundial e suas consequências no Brasil. Medidas provisórias com providências contra a turbulência devem chegar na próxima semana à Casa

O MINISTRO DA Fazenda, Guido Mantega, anunciou ontem que o governo federal editará uma medida provisória (MP) para socorrer o setor da construção civil. Durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ele disse que a MP tem o objetivo de viabilizar parte das medidas divulgadas na quarta-feira, as quais, conforme afirmou, visam fornecer capital de giro às empresas do setor.

– A construção civil investiu muito nos últimos dois anos e tem vários projetos em curso, mas, agora, se ressentida da falta de recursos – observou o ministro.

De acordo com nota publicada pelo governo, na quarta-feira, haverá duas linhas de financiamento ao capital de giro dessas empresas: em uma delas, os bancos poderão utilizar até 5% dos recursos da poupança para financiar o capital de giro das construtoras; antes, isso era proibido. A outra, a ser administrada pela Caixa Econômica Federal, seriam colocados à disposição R\$ 3 bilhões. A MP anunciada por Guido Mantega



Henrique Meirelles (E), ao lado de Mercadante e Mantega: economia brasileira vem se comportando de modo positivo

menciona essa segunda linha. – Para que se possa efetivar a operação, vamos enviar a medida provisória para dar a garantia [por parte do governo federal] de uma parte do financiamento – explicou o ministro, referindo-se ao fato de que

o governo é o controlador da Caixa Econômica Federal. Na nota, destaca-se que "o governo, como controlador, permitirá que a Caixa mantenha, em um fundo de reserva, parte dos dividendos que seriam distribuídos para a União; com

esses recursos, forma-se um lastro que garantirá até 35% do valor das operações realizadas pela Caixa". O documento informa que "o volume total das operações [realizadas por meio da Caixa] será de até R\$ 3 bilhões".

"Fundo Soberano permitirá um superávit fiscal maior"

A criação do Fundo Soberano foi defendida pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, em audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos. Ele afirmou que a iniciativa "é importante muito menos pela sua função cambial, mas pela sua função fiscal".

– O Fundo Soberano pode permitir que se alcance um superávit fiscal maior – argumentou Mantega, acrescentando que um outro objetivo seria obter recursos para ações anticíclicas, a fim de amenizar eventual piora na redução da atividade econômica no mundo e no Brasil.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou que apresentará requerimento para convocar o minist-

ro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, para debater a questão.

– Sou contra o Fundo Soberano. Ele será utilizado para capitalizar o BNDES, que, por inércia, foi descapitalizado. Quero saber por que isso ocorreu – disse Virgílio.

Renato Casagrande (PSB-ES) informou que também apresentou requerimento para discutir o fundo, mas ressaltou que é a favor da iniciativa.

– Esse fundo servirá para preparar o país, de forma estratégica, para o futuro – frisou Casagrande.

Para Meirelles, crise é forte, mas menor que a de 1929

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, admitiu ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, que a crise financeira mundial é forte, mas não é igual à de 1929, que chegou a quebrar a Bolsa de Valores de Nova York e a causar depressão em vários países.

Segundo Meirelles, de setembro de 2007 até agora, cerca de US\$ 32 trilhões foram perdidos nas bolsas de valores de todo o mundo, o que gerou uma nova repectuação dos mercados financeiros nas principais economias do planeta.

De acordo com o presidente do BC, a economia brasileira, diante da crise, vem se comportando de modo bastante positivo, se comparada com a de países emergentes, principalmente os da Europa Oriental e da Ásia. Um dos motivos, observou, é que o Brasil é credor líquido em

dólares e possui reservas maiores do que o total da dívida externa.

Meirelles admitiu que, após os bancos norte-americanos paralisarem as suas linhas de crédito, o mercado brasileiro teve dificuldades de ter acesso ao dólar, razão pela qual realizou provisão de liquidez tomando por base a moeda. Mas afirmou que as vendas não atingiram as reservas cambiais.

O presidente do BC enalteceu as ações do governo para combater a crise, a exemplo da venda de cerca de US\$ 5 bilhões, com compromisso de recompra. Lembrou ainda que foi feita liberação de compulsório (dinheiro que os bancos são obrigados a depositar no Banco Central) via realização de leilões públicos e intervenções nas vendas no chamado mercado spot, onde as operações são efetuadas com pagamento à vista.

MP da compra de participação em bancos preocupa senadores

A edição da medida provisória (MP 443/08) que autoriza a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil a adquirirem participações em instituições financeiras foi questionada por senadores. Eles manifestaram, durante a audiência, preocupação com possíveis prejuízos para os bancos estatais, com a compra de ativos de bancos privados em dificuldade.

José Agripino (DEM-RN) ponderou que as medidas de socorro deveriam ocorrer por meio de injeção de recursos do Tesouro Nacional. O senador anunciou que apresentará emenda no sentido de limitar o prazo de validade da autorização prevista na MP.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) questionou a falta de definição de critérios a serem usados pela Caixa e pelo Banco do Brasil para a identificação de problemas no sistema financeiro.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e os senadores pelo PSDB Flexa Ribeiro (PA), Eduardo Azeredo (MG) e Tasso Jereissati (CE) questionaram igualmente a medida. Jereissati defendeu a injeção de recursos às instituições em risco via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

e Social (BNDES). Já Valadares relatou preocupação com os impactos negativos da medida sobre o banco.

Em resposta, Mantega assegurou que os bancos estatais estão impedidos de aceitar "ativos podres", ou seja, carteiras com baixa liquidez ou créditos sem garantias.

Para buscar um entendimento sobre a MP, Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da CAE, sugeriu a criação de grupo, com representantes de todos os partidos, para negociar os aspectos polêmicos da medida. Propôs ainda um pacto no qual o governo se comprometeria a limitar a edição de MPs e, em troca, o Congresso agilizar a votação de propostas do Executivo para proteger o país dos impactos da crise.

A necessidade de ampla articulação contra a crise também foi defendida por Valter Pereira (PMDB-MS) e Gilberto Goellner (DEM-MT). Eles destacaram a importância de medidas voltadas ao desenvolvimento do mercado interno e defenderam a desoneração do setor agrícola como forma de ampliar o consumo e as oportunidades de emprego.

Ministro acredita em queda no consumo, mas não em recessão

Durante o debate na Comissão de Assuntos Econômicos, o ministro Guido Mantega afirmou que o governo federal trabalha com a possibilidade de queda nos níveis de consumo no país. No entanto, ele disse não acreditar que o Brasil passe por uma recessão.

Mantega fez a afirmação em resposta a questionamento do senador Renato Casagrande (PSB-ES), que manifestou preocupação com uma possível redução na arrecadação e solicitou ao ministro que fizesse recomendações aos prefeitos recém-eleitos, caso a queda da receita venha a ocorrer. O titular da Fazenda sugeriu cautela e um permanente acompanhamento da situação dos mercados, ponderando, no entanto, que ainda não foi verificada queda no nível de atividade no país.

– O consumo continua em patamar elevado. Poderá haver redução, mas não teremos recessão. É possível que haja queda de arrecadação do governo federal e, por consequência, de repasses aos municípios. Mas não acredito em desaceleração da economia. Os prefeitos devem acompanhar os indicadores com atenção – frisou o ministro.

Ainda em resposta a Casagrande, Mantega afirmou que os gastos de custeio crescem menos que o produto interno bruto (PIB) nominal e menos que a arrecadação de impostos.

– O que cresce mais são os investimentos. O país está em situação confortável, mas deve aprender com a crise, que nos mostra lacunas que não vemos em tempos de normalidade – declarou Mantega.

Orçamento

O senador César Borges (PR-BA) cobrou do ministro modificações na proposta de Orçamento da União para 2009, enviada pelo governo ao Congresso Nacional "antes da crise". Guido Mantega disse acreditar na possibilidade de restabelecimento do crédito e na reação da economia, o que evitaria a necessidade de cortes. Para o ministro, a economia tende a se normalizar e, com isso, o governo não precisaria cortar gastos previstos para 2009.

– Ainda não é hora para refazer as estimativas.

César Borges também pediu informações sobre a MP 443/08, autorizando o Banco do Brasil e a Caixa a adquirirem participações em bancos privados sediados no Brasil. O ministro destacou que a medida foi adotada como prevenção, não havendo hoje bancos em situação de risco.

Mantega foi questionado ainda por Pedro Simon (PMDB-RS) a respeito da medida provisória. Mesmo criticando o excessivo número de MPs editadas pelo governo, Simon apontou acer-

tos da equipe econômica no enfrentamento da crise. E pediu ao ministro maior diálogo com o Congresso.

Mantega disse concordar com o senador sobre a necessidade de uma maior sintonia entre Legislativo e Executivo. Contudo, salientou que existem situações em que há a necessidade de se adotarem medidas urgentes. Destacou ainda que o governo pretende, com a MP, apenas dar condições de socorro a instituições financeiras com problemas, e considerou que a medida provisória tem imperfeições, que poderão ser corrigidas pelo Parlamento.

Commodities

João Tenório (PSDB-AL) sugeriu a adoção de medidas específicas para socorrer as empresas exportadoras de commodities agrícolas. Para o parlamentar, a crise internacional afeta de maneira direta toda a economia brasileira, mas tem impactos diferentes em cada área. Em sua opinião, o setor de exportação de produtos agrícolas está entre os mais afetados pela crise na economia mundial.

– A crise pegou o setor "de calça curta". Os exportadores de commodities agrícolas estavam descapitalizados e submetidos a uma "dieta de crédito", o que tornou mais graves os impactos da crise – frisou João Tenório.

O senador explicou que o setor de commodities agrícolas, especialmente de grãos, enfrenta uma defasagem entre a produção, que dura em torno de quatro meses, e a comercialização, que é mais longa.

Em resposta, Mantega lembrou medidas já adotadas pelo governo de apoio ao setor, como a renegociação das dívidas dos agricultores. O ministro salientou que o Banco do Brasil é o principal financiador da agricultura e que não houve interrupção na liberação de créditos.

– Ao contrário, o Banco do Brasil foi autorizado a liberar 25% a mais de recursos do que havia sido inicialmente previsto. Além disso, o governo aumentou a exigibilidade para crédito rural, que passou de 25% para 30% dos depósitos à vista – observou.

O ministro, atendendo a questionamento do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), afirmou ainda que as contas públicas melhoraram e que a reforma tributária "agora é para valer".

– A discussão [sobre a reforma tributária] já está madura, o relatório está sendo finalizado na Câmara e será enviado em breve para discussão no Senado – informou o ministro da Fazenda.

Crescimento deve ficar entre 4% e 4,5%

Durante a audiência pública sobre as repercussões no Brasil da crise financeira mundial, o ministro Guido Mantega disse acreditar que, apesar das turbulências, o país tem condições de crescer este ano entre 4% e 4,5%.

Mantega pediu ao Congresso Nacional que não aprove nenhuma medida destinada a aumentar os gastos de custeio com o funcionalismo público e o setor previdenciário. E aconselhou a Comissão Mista de Orçamento a esperar a estabilidade da

economia mundial para dar prosseguimento à análise e posterior aprovação do Orçamento da União para 2009.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), indagou se o Brasil teria fôlego para combater a crise caso não existissem os me-

canismos adotados no governo Fernando Henrique Cardoso, "criticados à época pelo PT", como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer). Se-

gundo o ministro, o Brasil é o que é hoje graças ao trabalho de vários governos, incluindo o de Fernando Henrique.

Osmar Dias (PDT-PR) cobrou de Mantega a imediata liberação de recursos para garantir o plantio da safra brasileira.

Wellington Salgado (PMDB-MG) propôs a criação de um Banco Central único para a América Latina, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o crescimento econômico aliado a uma melhor distribuição de renda no país.

LEIA MAIS NA PÁGINA 6 SOBRE A CRISE FINANCEIRA

Presidente do Senado prevê aprovação tranqüila, na Casa, da MP que dá poderes ao Banco Central para socorrer instituições financeiras em dificuldade



Gerardo Maggela

Garibaldi: é permitido gastar, desde que sem exorbitâncias

Camata considera que presidente do Banco Central tem sido competente

Camata: medidas já adotadas bastarão para superar crise

Gerson Camata (PMDB-ES) disse acreditar que a crise financeira será superada no Brasil apenas com as medidas que o Banco Central e o Ministério da Fazenda já adotaram.

Segundo Camata, o Congresso deve apoiar as medidas anunciadas nos últimos dias. Na opinião do senador, o presidente do BC, Henrique Meirelles, tem sido "absolutamente competente". Para Camata, o Brasil vem se preparando para enfrentar crises desde o governo Fernando Henrique Cardoso, com estabilização da moeda, câmbio flutuante, superávit primário e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, disse acreditar que será aprovada com tranqüilidade na Casa a medida provisória que amplia os poderes do Banco Central para permitir a aceitação de carteiras de crédito de bancos com dificuldades de liquidez como garantia de empréstimos (MP 442/08).

Garibaldi também demonstrou otimismo em relação à aprovação do projeto que cria o Fundo Soberano do Brasil (PL 3.674/08, na Câmara). As duas matérias foram acolhidas por aquela Casa nesta semana e devem ser examinadas pelos senadores na semana que vem.

O presidente disse estranhar a obstrução feita pela bancada do DEM na Câmara, que impediu ontem a votação dos projetos em pauta durante a sessão do Congresso. Ele afirmou que as matérias "são importantes, pois dizem respeito à abertura de crédito para pagamento da pre-



Paulo Lima

Garibaldi critica obstrução em sessão do Congresso

vidência, de aposentados".

Ao comentar o pedido do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que o Congresso não aprove projetos que aumentam os gastos para a União, o presidente do Senado disse que, embora em um período de crise seja necessária cautela para evitar o aumento dos gastos públicos, devem-se ressaltar os que representam investimentos porque gastar "não está proibido".

– Acho que o que se impõe nesta hora é a contenção de despesas de custeio, gastos cor-

rentes e manutenção da máquina. Agora, tem que examinar caso a caso e ter muita cautela. O que está proibido é gastar de forma exorbitante e equivocada. Não se pode proibir de gastar em investimento, em educação e saúde – afirmou.

Garibaldi, entretanto, também defendeu a votação da MP 431/08, que

reestrutura a carreira de vários cargos do Poder Executivo e cria novas vagas para a Polícia Federal, porque, em sua opinião, "a PF continua muito desfalcada de quadros". Ele reiterou que, na próxima semana, devem ser votadas pelo menos quatro MPs.

Eleição

O senador comentou a sucessão para a Presidência do Senado, dizendo que "entendimentos ainda serão realizados visando à posição que o PMDB vai adotar".



Gerardo Maggela

Para Suplicy, ações do governo contra a crise foram relatadas com eficácia

Suplicy elogia falas de Mantega e Meirelles na CAE

Os esclarecimentos prestados pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, na Comissão de Assuntos Econômicos, foram elogiados por Eduardo Suplicy (PT-SP).

O senador também informou ter enviado carta ao candidato à Presidência dos Estados Unidos Barack Obama, declarando apoio aos objetivos principais de sua campanha. Suplicy ainda avisou que participará do Seminário Ibero-Americano sobre Renda Básica, em Montevidéu e em Buenos Aires; e da 8ª Conferência Anual da Rede Parlamentar do Banco Mundial, em Paris.



Gerardo Maggela

Medida amplia atuação do Banco Central

Já está no Senado e deve ser votada até a próxima terça-feira a medida provisória que dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central e autoriza a emissão da letra de arrendamento mercantil (LAM). O objetivo é ampliar a atuação do BC e socorrer instituições financeiras em dificuldade, devido à crise financeira internacional.

A MP 442/08, transformada pela Câmara em projeto de lei de conversão (PLV 29/08), tem o propósito de assegurar níveis adequados de liquidez no sistema financeiro. O dispositivo estabelece que o Conselho Monetário Nacional (CMN) poderá criar critérios e condições especiais de avaliação e aceitação de ativos recebidos pelo BC em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira. O CMN poderá também afastar, em situações especiais e por prazo determinado, nas operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo BC, as exigências de regularidade fiscal previstas na legislação. Quanto às sociedades de arrendamento mercantil, conhecidas como *leasings*, a proposta permite que, para captar dinheiro no mercado financeiro, elas emitam título representativo de promessa de pagamento em dinheiro, chamado de LAM.

O relator na Câmara, deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), acolheu emendas com o objetivo de dar maiores garantias e transparência às operações previstas na proposta. Uma delas determina que o BC enviará um relatório trimestral ao Congresso sobre as operações realizadas.

Parlasul realiza reunião plenária nesta segunda

Uma semana depois da realização, em Brasília, de reunião extraordinária do Conselho do Mercado Comum destinada a discutir a crise financeira internacional, começa segunda-feira, em Montevidéu, a XIV Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, que deve também ter essa questão como um dos principais temas. Entre os outros itens da pauta, estão a proposta de regulamentação do Observatório da Democracia; uma recomendação ao Conselho do Mercado Comum para que solicite à Secretaria do Mercosul o envio de esclarecimentos a respeito da elaboração do Projeto de Código Aduaneiro comum ao bloco; e o projeto de Orçamento para o período 2009-2010.

Várias comissões se reunirão em Montevidéu, entre as quais a de Orçamento e Assuntos Internos, em cuja pauta encontra-se proposta, de Aloizio Mercadante (PT-SP), de criação de uma agência de desenvolvimento no âmbito do bloco, para assessorar os governos na elaboração de projetos a serem financiados com recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Na reunião da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte, haverá palestra do diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura do Brasil, Marcelo Dantas, sobre a integração cultural dos países do bloco. Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários está proposta de cinco parlamentares brasileiros para que Parlasul manifeste desacordo com a tese de que a produção de biocombustíveis motivou o aumento dos preços dos alimentos.



Gerardo Maggela

Efraim: o "quanto pior melhor" foi adotado pelo PT no governo de FHC

Efraim diz que oposição não torce contra o Brasil

Foram criticadas por Efraim Morais (DEM-PB) as "declarações dadas à imprensa por membros do governo federal, procurando atribuir uma espécie de torcida por parte da oposição para que a crise financeira internacional produza cada vez mais efeitos negativos no Brasil".

– As críticas que temos feito referem-se à postura do governo, que custou a cair na realidade. Como todos se recordam, o presidente [Lula], ao tomar conhecimento dela, disse que se tratava de "uma marola", que não chegaria ao Brasil. E que era "problema de Bush", não nosso – disse o senador.

É no momento do plantio que governo deve disponibilizar crédito, diz Osmar

Osmar Dias cobra de ministro apoio à agricultura

O senador Osmar Dias (PDT-PR) relatou ter rebatido, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, afirmações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que o governo está combatendo a crise na área da agricultura e das exportações com medidas rápidas e eficazes.

Segundo o senador, dirigentes de cooperativas do seu estado disseram que não havia empréstimos do governo federal (EGF) e reclamaram do preço do trigo. O senador chamou a atenção para o fato de que "é no momento do plantio da safra que o governo precisa disponibilizar o crédito e garantir preço".

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Gerson Camata • Alvaro Dias • Jayme Campos • Papaléo Paes • João Durval • Osmar Dias

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333
 Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Gerardo Magela

Jayme Campos se solidarizou com os policiais civis em greve em Mato Grosso

Jayme Campos defende acordo com policiais

Jayme Campos (DEM-MT) prestou solidariedade aos policiais judiciários civis que iniciaram ontem greve em todos os municípios de Mato Grosso, por tempo indeterminado. De acordo com o senador, eles reivindicam equiparação salarial com policiais de outros estados.

O governo de Mato Grosso está propondo salário-base de R\$ 1.600, enquanto os grevistas pedem R\$ 2.600.

– Neste momento há um perigoso impasse das negociações entre a categoria e o governo estadual, podendo repercutir num estado calamitoso para a nossa sociedade. Isso porque os índices de criminalidade na região já são espantosos. Peço uma profunda reflexão sobre os efeitos nocivos da paralisação, tanto por parte dos policiais quanto do governador Blairo Maggi. A radicalização de posições só trará prejuízos para a nossa sociedade – alertou Jayme Campos.



Mário Couto

Policial militar do Pará recebe apenas R\$ 1.050 mensais de salário, diz Mário Couto

Mário Couto cobra ações em segurança

Mário Couto (PSDB-PA) voltou a cobrar do governo do Pará investimentos na área de segurança pública. Além de criticar a falta de condições de trabalho, o senador disse que os policiais militares do estado recebem um salário de apenas R\$ 1.050. Segundo ele, diversos municípios convivem ainda com a falta de delegacias e de pessoal especializado para proteger a população.

– Alguns municípios paraenses não têm nem delegacia. A maioria tem um delegado, um escrivão e um investigador. Que proteção podem dar três homens a 50 mil habitantes, em média, nas cidades paraenses?

Mário Couto criticou a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, pela falta de investimentos em segurança pública, ressaltando que em alguns municípios, como Conceição do Araguaia, as delegacias estão “caindo aos pedaços”.

Proposta estabelece alíquota única de 42,25% sobre os produtos importados do Paraguai. Apesar de ter elogiado acordo, senador diz que seria melhor não aprová-lo

Arthur Virgílio anuncia voto contra Projeto do Sacoleiro

O SENADOR ARTHUR Virgílio (PSDB-AM) registrou o acordo entre a base governista e a oposição em torno do projeto que regulariza a atividade dos sacoleiros e estabelece um imposto de 42,25% sobre o preço das mercadorias que forem importadas do Paraguai. Apesar de elogiar o acordo, ele disse que a matéria não terá o seu voto, pois ainda não a considera ideal.

Virgílio lembrou que o relator da proposta (PLC 27/08) na Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), acolheu emendas sugeridas inclusive pelo segmento empresarial do Amazonas, no sentido de combater a pirataria, um dos principais receios da bancada amazônica, que teme a concorrência desleal dos importados.

O acordo, explicou, levou em consideração a necessidade de trazer para a formalidade os sacoleiros e, ao mesmo tempo, preservar a competitividade dos produtos fabricados no Brasil. Ele ressaltou que a preocupação



Foto de Gerardo Magela

Arthur Virgílio: preocupação com a indústria de Manaus

principal era a possibilidade de que produtos, em sua grande maioria pirateados, a partir do pagamento de tributos, passem a ser comercializados “com o entendimento de legalidade”.

Arthur Virgílio afirmou ter apresentado 15 emendas que visam colocar o regime em condições praticáveis. Ele informou que, conforme o entendimento, os produtos devem obedecer às normas estabelecidas pelas agências reguladoras e pelos institutos de normatização técnica;

deve ser comercializados diretamente aos consumidores finais, “eliminando atravessadores”; e devem ter autorização dos fabricantes originais para que se viabilize a importação. Além disso, os veículos a serem utilizados pelo regime devem ser previamente cadastrados e os produtos devem obedecer a preços de referência, evitando-se o subfaturamento.

O senador disse acreditar que, com as alterações, o regime poderá manter as atividades dentro da formalidade, minimizando possíveis prejuízos à indústria. Ele agradeceu ao líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR); ao relator na CRE, Tasso Jereissati; e aos senadores pelo Paraná, Alvaro Dias (PSDB), Osmar Dias (PDT) e Flávio Arns (PT), que “defenderam o Paraná com denodo”, assinalando que fez o mesmo pelo Amazonas, juntamente com João Pedro (PT) e Jefferson Praia (PDT).

O projeto, concluiu Arthur Virgílio, é ruim e seria melhor não ser aprovado.

Demostenes critica diplomacia brasileira com países vizinhos

Demostenes Torres (DEM-GO) classificou de “patética” a política do governo brasileiro em relação a alguns países “vizinhos problemáticos”. O senador lamentou que o governo insista em tratá-los com “candura e condescendência”, embora só tenha colhido prejuízos.

Em sua opinião, apesar do enorme potencial para exercer liderança na região, para os vizinhos latino-americanos o Brasil se tornou “aquele paizão” que aceita tolerante as indisposições dos filhos, mesmo quando elas ameaçam o interesse nacional, ferem a segurança jurídica dos contratos e põem em risco a integridade dos brasileiros.

O parlamentar citou a decisão do presidente Evo Morales, da Bolívia, de quebrar contratos firmados com a Petrobras, ocupar instalações da empresa com o Exército e ameaçar diminuir o fornecimento de gás ao Brasil.

Observou que, ao mesmo tempo, milhares de brasileiros que se dedicam ao agronegócio na Bolívia vivem em insegurança jurídica em relação a suas propriedades.

O presidente Rafael Correa, do Equador, “proxeneta da doutrina bolivariana, foi acometido de histeria nacionalista”, segundo o senador, e expulsou a empreiteira brasileira Odebrecht do país. A seguir, ameaçou a Petrobras. No meio da crise, continuou Demostenes, o Equador ameaçou não pagar um empréstimo ao BNDES.

Já a Argentina frequentemente ergue barreiras alfandegárias contra produtos brasileiros, enquanto o Brasil age com “condescendência indecente”, oferecendo, inclusive, energia elétrica para cobrir os déficits argentinos, citou o senador. A Venezuela, lembrou, chegou



Gerardo Magela

Governo brasileiro age de forma “patética”, conforme Demostenes

a anunciar o gasoduto do sul, que cortaria o Brasil para levar gás até a Argentina, mas a obra foi abandonada por Hugo Chaves.

Por último, disse Demostenes, o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, elegeu-se ameaçando o acordo sobre a venda de energia de Itaipu ao Brasil. Acrescentou que brasileiros que compraram fazendas no país vizinho recebem ameaças de “bandoleiros apoiadores de Lugo”, que querem “fazer reforma agrária a bordunadas”.

Vigilantes

Paim também registrou a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com a presença de representantes dos vigilantes.

Foi reivindicada a aprovação do Estatuto do Vigilante, já acatado pelo Senado e que se encontra na Câmara; e do projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que garante adicional de periculosidade de 30% aos vigilantes (PLS 682/07).

Em encontro com o presidente do Senado após a audiência, Paim disse que Garibaldi Alves assegurou que fará esforços para que as propostas sejam aprovadas.

Policiais e bombeiros militares entregam comenda a Garibaldi Alves



Jane Araújo

Garibaldi elogia oficiais pela troca de informações sobre segurança

Acompanhado de oficiais de vários estados, o presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, coronel Edson Costa Araújo, homenageou na manhã de ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves, com uma comenda e um diploma da instituição.

Na ocasião, Garibaldi disse que compartilhava das preocupações dos bombeiros e policiais militares de garantir segurança à po-

pulação. O senador, que recebeu os militares em seu gabinete, elogiou a iniciativa do conselho de reunir seus integrantes em Brasília para trocar informações sobre formas de melhorar a segurança no país.

Também em visita ao presidente do Senado, o deputado Geraldo Magela (PT-DF) pediu a nomeação dos novos integrantes do Conselho de Comunicação Social, já que os mandatos dos últimos conselheiros encerraram-

se em 2006. O conselho é órgão de assessoramento do Congresso para as questões de mídia.

Na companhia de representantes da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abrado), Magela também solicitou ao presidente do Senado que seja nomeado um representante das rádios comunitárias para esse conselho. Garibaldi prometeu tratar do assunto com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Alvaro Dias espera solução para pleito de aeroviários aposentados

Foto de Gerardo Magliola



Alvaro Dias: categoria reivindica cumprimento de decisão judicial

Alvaro Dias (PSDB-PR) relatou em Plenário o resultado da reunião de senadores e representantes de aeroviários aposentados e pensionistas com o advogado-geral da União, ministro José Antônio Tófoli. Os aeroviários reivindicam o recebimento de benefícios devidos, conforme decisão judicial que obriga o governo a efetuar o pagamento. O senador lembrou que Tófoli já havia emitido nota técnica em que recomenda ao governo pagar a dívida.

Alvaro disse que o advogado-geral da União prometeu definir até hoje qual ministério é responsável pelo pagamento de 40 mil aposentados e pensionistas em todo o país. O senador afirmou ainda que o ministro recomendou às lideranças dos aeroviários que apresentem à Advocacia Geral da União (AGU) uma proposta antecipando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ação que trata da defasagem tarifária, que foi entregue à ministra Cármen Lúcia

Antunes Rocha.

Alvaro Dias também criticou a criação, pela Câmara dos Deputados, do Fundo Soberano, à semelhança dos países mais ricos e que dispõem de superávit elevado. A seu ver, a discussão sobre a medida chega em um momento impróprio e contraditório, pois o governo procura liberar bilhões para conter a crise econômica financiando empresas brasileiras até no exterior e não libera crédito para o produtor agrícola.

Arns anuncia 23º Encontro das Apaes

O senador Flávio Arns (PT-PR) informou ao Plenário que a Associação Nacional de Pais e Amigos dos Excepcionais realizará de 4 a 7 de novembro, em Vitória, seu 23º Encontro Nacional. Ao mesmo tempo, haverá o 4º Fórum Nacional de Autodefensores das Apaes. Trata-se de jovens e adultos com deficiência intelectual escolhidos pela comunidade para ocupar cargos nas associações locais ou estaduais.

Arns ressaltou que os encontros produzirão um documento para orientar os debates e a atuação da entidade em todo o país. Há quase meio século, as Apaes promovem congressos a cada dois anos e já existem associações em cerca de 2 mil municípios do país. Neste ano, o tema em debate será a diversidade do ciclo de vida do indivíduo, da família e da sociedade.

O senador destacou reportagem da *Folha de Londrina* que chama a atenção sobre o problema que representa para a família e para a sociedade a velhice do deficiente intelectual, depois do falecimento dos pais.

Flávio Arns também pediu à Mesa a inclusão de seu nome em requerimento de voto de pesar assinado por Alvaro Dias (PSDB-PR), pela morte do deputado federal Max Rosenmann, ocorrida no último dia 25. Gerson Camata (PMDB-ES), na presidência da sessão, solidarizou-se com a manifestação de pesar.



Arns: documento orientará debates e atuação da entidade no país

CCT vota projeto que libera debate político na internet

A proposta, de autoria do senador Expedito Júnior, já recebeu parecer favorável do senador Wellington Salgado. Também será discutida na comissão a magreza na moda

EM REUNIÃO NA próxima quarta-feira, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deve examinar proposta do senador Expedito Júnior (PR-RO) para permitir a propaganda eleitoral pela internet, inclusive fora dos períodos legalmente estipulados para a campanha.

Pelo Projeto de Lei do Senado 291/08, os sítios da rede mundial de computadores ficariam fora das restrições que pesam sobre as emissoras de rádio e televisão. Assim, estariam livres para permitir a circulação de informações e argumentos entre candidatos e eleitores, na forma de *e-mails*, *blogs*, *sites* e *conversas on-line*, a qualquer tempo, independentemente dos prazos definidos para a campanha pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na justificativa da proposta, Expedito Júnior argumenta que a resolução do TSE que restringe



Expedito Júnior quer tornar a internet um veículo livre durante as eleições

a propaganda eleitoral à página específica e exclusiva na internet, a ser cancelada ao fim da campanha, é demasiadamente estranguladora, causando perda do potencial de educação democrática do cidadão que a rede detém. A matéria conta com o voto favorável do relator, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), defensor da internet como meio de cidadania.

Pedro Simon pede congresso do PMDB para discutir 2010

Ao lamentar críticas veiculadas na imprensa sobre postura assumida por seu partido de conceder apoio tanto ao PSDB, no governo de Fernando Henrique Cardoso, quanto ao PT, de Lula, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem em Plenário a realização de um congresso em que o partido discuta democraticamente a estratégia para as eleições presidenciais de 2010.

Tendo em vista o bom desempenho do PMDB nas eleições municipais deste ano, quando o partido foi o que mais elegeu prefeitos e vereadores em todo o país, Simon considerou o momento propício para que o PMDB reflita sobre a possibi-

lidade de participar das eleições com nome próprio, desde que se garanta que tal candidatura não tenha apenas o objetivo de melhorar as condições de negociações de cargos.

– Não estou lançando candidato à Presidência da República do PMDB, até por que tenho que pensar dez vezes. Das outras vezes, lancei candidato, porque o PMDB tinha que ter candidatura própria, e fiz o papel de bobo. Usaram-me para pegar cargo e dividir vantagem e não quero ser usado de novo – enfatizou o senador.

Simon lembrou que os resultados obtidos pelo PMDB nas últimas eleições levaram o partido a ser “cortejado” pelo

Magreza

A CCT também examinará proposta do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que proíbe exibição pública de modelos magras demais, com índice de massa corporal inferior a 18, seja em vídeo, em fotografias ou ao vivo. Esse número é apontado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o limite de magreza que não compromete a saúde de uma mulher.

Camata argumenta que o mundo da moda não pode promover a valorização social de uma doença, a anorexia nervosa, transtorno que pode ser letal. Pelo PLS 691/07, a inobservância da norma implicará multa, a ser aplicada aos promotores de eventos, às agências de modelos, aos recrutadores e até aos meios de comunicação. A matéria ainda vai à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.



Senador quer partido debatendo idéias

PSDB e pelo PT. Ele propôs que a legenda reúna-se, elabore um projeto e discuta, oportunamente, quem vai ser o seu candidato em 2010.

– Vamos falar de temas, de idéias, dessa crise toda; vamos dar outro sentido para o nosso partido. Vamos mostrar que nós somos um grande partido – disse o senador gaúcho.

Senado recebe 3º Fórum de Saúde Ocular

O estímulo ao transplante de córneas, entre outros assuntos ligados à oftalmologia, está em debate no Senado. O Conselho Federal de Oftalmologia, em parceria com o Senado, a Câmara e o Ministério da Saúde, abriu ontem, no Auditório Petrônio Portela, o 3º Fórum Nacional de Saúde Ocular. Com o objetivo de discutir a nova Política Nacional de Atenção em Oftalmologia e fomentar programas que ofereçam soluções para o problema da captação e do transplante de córneas, o fórum é direcionado a gestores de saúde e responsáveis por serviços de oftalmologia. Os participantes também estudam o que fazer para mudar a situação dos afetados por baixa condição de visão.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que propôs a realização do fórum no Senado, reconheceu a “extrema importância” de discutir a oftalmologia e as técnicas de prevenção de doenças.

– Espero que encontremos caminhos para avançar na prevenção e que possamos nos igualar àqueles países desenvolvidos que já possuem um grande sucesso nessa área – disse.

Já Flávio Arns (PT-PR) ressaltou que o evento é muito importante para discussão, reflexão e tomada de posições em relação à saúde ocular. Ele também alertou para a necessidade de programas de prevenção de doenças oculares.

– O Brasil depende muito da área visual para o exercício da cidadania, da dignidade e para a realização de direitos humanos. É fundamental que trabalhem a favor da prevenção – frisou.

Participaram o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e os deputados Osmar Serraglio (PMDB-PR), Jofran Frejat (PR-DF) e Rafael Guerra (PMDB-MG); o presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Hamilton Moreira; e o representante do Ministério da Saúde Alberto Beltrami.

Mão Santa apóia protesto de inativo contra redução de provento

Mão Santa: aposentado quer recomposição do valor que recebia

Ao acusar o governo federal de favorecer grupos econômicos poderosos, como os banqueiros, e descuidar da saúde, da educação e da previdência social no país – áreas de grande importância para a população de baixa renda –, o senador Mão Santa (PMDB-PI) leu em Plenário *e-mail* enviado pelo aposentado do INSS Odmir Pedro Widner. No texto, o aposentado reclama da re-

dução no valor de sua aposentadoria, que passou de 8,6 salários mínimos, em 1991, para 3,5 salários mínimos, em 2008, e pede providências ao parlamentar para que volte a ganhar a mesma quantia que recebia no ano em que se aposentou.

– A saúde só está boa para quem tem dinheiro e plano de saúde, mas não para os pobres: uma diária em UTI de um hospital

de São Paulo custa R\$ 3 mil, fora o médico. E dizem que [a saúde] está às raias da perfeição. E na área da educação proliferam universidades particulares, diferentemente de meu tempo. Há no Brasil hoje faculdades de Medicina que cobram R\$ 4 mil ao mês – disse o representante piauiense.



Foto de Moreira Mariz